

Notícias do PIB

Rogério L. Furquim Werneck*

A divulgação pelo IBGE da estimativa de crescimento da economia no segundo trimestre foi o que bastou para desencadear nova barragem de críticas à política macroeconômica. Na oposição, a notícia de que a expansão foi de apenas 0,5% caiu como um presente dos céus, que enfraqueceu o discurso econômico triunfalista que Lula se vinha permitindo desde o início da campanha eleitoral. O curioso, contudo, é que num segmento importante das próprias hostes governistas a notícia tenha sido recebida com indisfarçável contentamento. Para aqueles que, dentro do governo, jamais esconderam sua resistência à política macroeconômica adotada por Lula, o desempenho decepcionante do produto interno bruto (PIB) veio a calhar. Sem que tenha chegado a ser um grande revés que, a essa altura da partida, possa vir a comprometer a reeleição, o crescimento de 0,5% contribuiu para reforçar a posição dos que, na surda batalha que já vem sendo travada no Planalto, se batem por uma reviravolta na política macroeconômica em 2007.

Para quem, seja no governo ou na oposição, atravessou os últimos quatro anos vaticinando que a insistência na política macroeconômica do segundo mandato de FHC acabaria em desastre, a expectativa de um crescimento do PIB da ordem de 4% em 2006 vinha sendo motivo de grande embaraço, mesmo tendo em conta as condições especialmente favoráveis da economia mundial e a expansão bem mais rápida de outros países. A possibilidade de que o crescimento de 2006 venha a ficar mais perto de 3,5% do que de 4% não chega a resgatar do descrédito os vaticínios reiterados de desastre, mas parece ter aliviado um pouco o embaraço.

Em meio ao calor da campanha, é preciso preservar uma perspectiva minimamente objetiva da evolução do PIB nos últimos anos, separando, na medida do possível, o desempenho da economia no governo Lula do desempenho da sua política macroeconômica. A economia cresceu 0,54% em 2003, 4,94% em 2004 e 2,28% em 2005. A taxa pífia de 2003 pode e deve ser debitada à conta de Lula, que, no primeiro ano de governo, teve de colher a tempestade desestabilizadora que vinha plantando desde as eleições municipais de 2000, quando o PT decidiu fazer do tresloucado plebiscito da dívida o carro-chefe da sua campanha. Mas não deve ser debitada à conta da política macroeconômica de Lula, herdada do segundo mandato de FHC. Uma medida razoável do desempenho dessa política deve excluir o crescimento do PIB em 2003. Caso a economia cresça 3,5% em 2006, a taxa de expansão média do triênio 2004-2006, ficará em torno de 3,5% ao ano. Um desempenho medíocre, mas bem melhor do o que dos anos anteriores, especialmente quando conjugado com inflação de 4% e contas externas sólidas, bafejadas pelos bons ventos da economia mundial.

Não há a menor dúvida de que a política macroeconômica precisa ser aprimorada para que o crescimento seja acelerado nos próximos anos. O que se faz necessário, contudo, não é uma propriamente uma reviravolta, mas um reforço do tripé: câmbio flutuante, sustentabilidade fiscal e política de metas para inflação. Os sinais de esgarçamento do quadro fiscal vão-se tornando a cada dia mais preocupantes. E, infelizmente, a campanha eleitoral vai chegando ao fim sem que seja sequer mencionada a difícil agenda fiscal que o País terá de enfrentar para ampliar suas possibilidades de crescimento.

Onde, sim, uma reviravolta se faz necessária é no plano das políticas microeconômicas que, combinadas com uma elevação de carga tributária que não parece ter fim, vêm sufocando o investimento e restringindo a expansão da economia. O atrofiamento do investimento em infra-estrutura é especialmente grave. Como previsto, a teimosa e pesada aposta nas PPPs (Parcerias Público-Privadas) redundou em quase nada. Por outro lado, à irracionalidade do lamentável modelo do setor elétrico, somou-se agora um quadro de conflito aberto entre o governo e a agência regulatória da área de telecomunicações. O governo chega ao fim do mandato ainda com enorme dificuldade para entender que, sem um aparato regulatório bem concebido, operado com competência e credibilidade por agências realmente independentes, é impossível assegurar um fluxo adequado de investimento em infra-estrutura. Não há por que acreditar que tal dificuldade vá desaparecer, se Lula for reeleito.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.